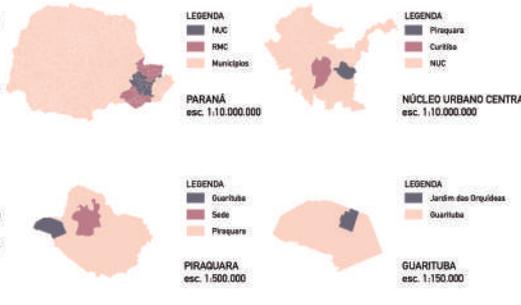


como o desenho urbano pode melhorar a qualidade de vida das mulheres moradoras de assentamentos precários periféricos?

O presente Trabalho Final de Graduação (TFG) se propõe a responder esta questão colocando em práticos princípios do urbanismo feminista e analisando seus prováveis efeitos no cotidiano das moradoras do Jardim das Orquídeas, assentamento localizado no Guarituba, a maior área de ocupação irregular da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O Guarituba concentra cerca de metade da população do Município de Piraquara - PR, o qual ocupa o segundo lugar no ranking dos Municípios brasileiros com as maiores taxas de feminicídio (WASELFSZ, 2012). A escolha do Jardim das Orquídeas justifica-se pela situação de fragilidade social e seu forte senso de comunidade, principalmente entre as mulheres, que desempenham importante papel de agente político.



o direito à moradia e a mulher

Segundo o Censo (2010), as mulheres são chefes de família em 37,25% dos domicílios brasileiros. Das famílias residentes em áreas urbanas do país, 54,38% são compostas por mulher sem cônjuge com filhos, 96,65% das quais possuem rendimento mensal entre zero e 2 salários mínimos. Com base nesses dados, pode-se afirmar que as mulheres chefes de domicílio têm grande importância nos domicílios de baixa renda no Brasil e, sendo assim, as políticas habitacionais devem levar em consideração a relação da mulher com o espaço popular de moradia - preocupação que representa o coração deste projeto de urbanização.

Além disso, a produção do espaço urbano pela ótica masculina, materializada no planejamento urbano funcionalista e racionalista, acentuou a divisão sexual do trabalho ao separar áreas comerciais, industriais e residenciais, aprisionando as mulheres a determinados lugares. Ferreira e Silva (2017, p. 6) afirmam que "[...] às mulheres é reservado o papel de turista, em cidades construídas para os homens e urbanizadas de acordo com o deslocamento delas pelas ruas, calçadas, praças etc.". Silva (2007) também trata os deslocamentos femininos relacionando-os ao amor-paixão, o qual sustenta o contrato matrimonial e os deveres estabelecidos entre os cônjuges. Entre os deveres femininos, está o papel da maternagem, o qual determina os reduzidos deslocamentos da mulher de baixa renda: casa, trabalho, creche, escola, mercado, etc. A vivência reduzida do espaço total da cidade desafia as mulheres se deve, portanto, a não haver lugar para deslocamentos que representem seus interesses próprios nessa relação de amor.

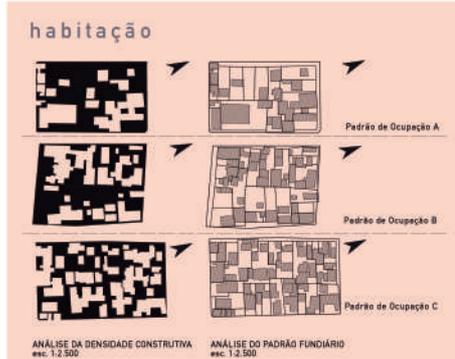
Buscando trazer, com o desenho urbano, a possibilidade de atividades voltadas ao interesse próprio da mulher dentro desses deslocamentos que lhe são impostos, o projeto de urbanização proposto pulveriza espaços públicos pelo assentamento. Dessa forma, ao levar os filhos à escola, por exemplo, a mulher passa por hortas comunitárias, praças e parquinhos que, além de possibilitar socializações fora dos espaços de sociabilidade locais, permitem que ela veja e seja vista em seu caminho. Este fenômeno, denominado "olhos da rua" por Jane Jacobs, aumenta a sensação coletiva de segurança e diminui o espaço para o crime. Tendo sido buscado pelo projeto também nos acessos às habitações e na espera no ponto de ônibus.

É importante trazer outros espaços de sociabilidade às mulheres pois os existentes (a escola, o posto de saúde e, em especial, a igreja) materializam o controle sobre a coletividade dado pelos códigos de honra que sustentam as relações de vizinhança, o espaço cotidiano e as redes de solidariedade das quais as mulheres são mais dependentes do que os homens. Quando a mulher não respeita esses códigos, rompe "a complementaridade entre o papel provedor masculino e o da mulher 'virtuosa' em relação à sua sexualidade e no cuidado com a família", profanando a honra masculina e perdendo a respectabilidade coletiva, o que pode resultar em exclusão das redes de solidariedade e em violência doméstica. O papel provedor do homem, por sua vez, provoca uma relação de dependência e hierarquia da mulher em relação a seu cônjuge, e quando há o divórcio, é comum que os homens parem de contribuir financeiramente na criação de seus filhos por acreditarem não ter mais esse dever, já que a contrapartida feminina é cessada (SILVA, 2007). Este projeto apresenta novos espaços de sociabilidade, como praças, "pulmões internos" às quadras e a associação de moradores, para que outro modo de se ver e funcionar nas relações de comunidade possa ser criado, possibilitando também o exercício político e de cidadania feminino. Próptre espaços para cursos profissionalizantes para aumentar a independência feminina através da capacitação profissional e a Casa da Mulher, que além de desempenhar os papéis acima mencionados, também dá assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.

As decisões projetuais deste TFG também se basearam nos 7 elementos do direito à moradia das mulheres (ROLNIK, 2011).

segurança da posse	habitabilidade	disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos	localização adequada	adequação cultural	não discriminação e priorização de grupos vulneráveis	custo acessível
--------------------	----------------	---	----------------------	--------------------	---	-----------------

Com base no mapa síntese, entrevistas, visitas *in loco* e no conhecimento acumulado sobre mulheres e o direito à moradia ao longo desses meses de trabalho, foi realizado um *brainstorm* acerca do tema e construídas as seguintes diretrizes. Este processo baseou o projeto de urbanização que será apresentado em forma de quadros neste TFG, mostrando como o desenho urbano afeta a vida das mulheres dentro de seu cotidiano.



diretrizes

garantir que as habitações sejam condizentes com o estilo de vida, constituição familiar e cultura das famílias, facilitando o acesso da mulher à moradia pela priorização de seu valor de uso e garantindo a segurança da posse;

- flexibilidade no projeto das novas unidades habitacionais;
- relação público-privada que facilite os "olhos da rua";
- regularização fundiária e oferta de novas unidades conferindo título de posse às mulheres;
- substituição de edificações em situação de sub-habitação e oferta de assistência técnica às de padrão baixo e médio-baixo.

participação e controle popular

garantir a participação e o controle popular na produção do espaço de moradia

- participação popular no processo projetual através de encontros com as moradoras;
- participação popular no processo construtivo através de mutirões autogeridos



diretrizes

prover infraestrutura, equipamentos públicos e serviços que aumentem a qualidade de vida das mulheres:

- ofertar equipamentos públicos voltados a grupos vulneráveis, como idosos, crianças, pessoas com necessidades especiais e vítimas de violência sexual ou doméstica;
- aumentar o alcance das redes de abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário e energia elétrica;
- melhorar a iluminação pública a nível do pedestre;
- ofertar equipamentos públicos que aumentem a autonomia individual e coletiva, principalmente das mulheres.



diretrizes

facilitar os deslocamentos com segurança, redução do tempo de viagem e sustentabilidade:

- garantir o atendimento a grupos vulneráveis pelo cumprimento às normas de acessibilidade universal;
- priorizar o fluxo de pedestres, bicicletas e transporte coletivo em detrimento dos veículos motorizados individuais, como carros e motocicletas;
- aumentar a conexão do loteamento com Pinhais, Curitiba, São José dos Pinhais e a Regional do Guarituba através do transporte público.

- construir indicadores que permitam avaliar e acompanhar a melhoria das condições de mobilidade da população

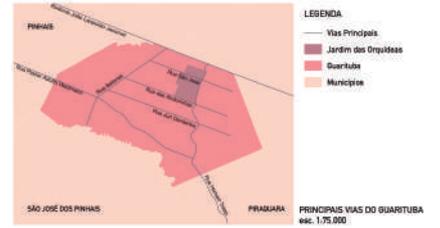
"[...] Quería saber de vocês [...] quem foi que autorizou as imobiliárias a vender terreno no Guarituba. Porque aqui é, eu tenho documento e fiquei na cara delas. 120 tabelionato, comprei, paguei, não roubei, não sou invasor, sou uma líder comunitária. Hoje eu sou uma líder e estou ajudando o povo, mas eu sou em cima da lei, se que não sou contra essas pessoas não, já que aconteceu isso aí, eu vou ser prejudicada que comprar e pagar? Então que invadam mesmo, e si vocês vão ler que legalizar direitinho. Por que se não fosse para ser assim, porque vocês deixaram o povo entrar lá, vendendo terreno? [...] se não fosse para o povo entrar, por que vocês não colocaram placas lá que era área de mananciais, que não poderia ser vendido terreno, proibir as imobiliárias? Vocês foram convenientes? [...] Eu vou lutar e vai ser difícil tirar nós de lá. (E3, 2016)." (MAGALHÃES, 2017, p. 99)

o guarituba

O Guarituba é uma grande área de ocupação irregular classificada como favela, segundo o Ministério das Cidades (2009), com população estimada de 44 mil habitantes. em 2002. Sua peculiar regularidade no traçado de vias e lotes chama a atenção, pois destoa das características comumente encontradas nessa tipologia de assentamento precário. Este desenho se deve ao fato de o Guarituba ser majoritariamente formado por loteamentos regulares, implantados ou não, aprovados antes da Lei 6.766/79, a qual tomou sua ocupação ilegal por ser área de mananciais. O mercado imobiliário, entretanto, não parou de vender os lotes, pois tal atividade não possuía restrição legal, de modo que apesar da variedade no modo de acesso à terra - alguns têm registro de imóveis, outros acessaram através de ocupação e outros adquiriram através da compra de pessoas que não eram proprietárias legais do terreno -, toda a ocupação é considerada irregular.

As principais vias do Guarituba são:

- 1) Rodovia João Leopoldo Jacomet, que o liga à sede de Piraquara e aos Municípios de Pinhais e Curitiba;
- 2) Rua Pastor Adolfo Weidmann, que o corta horizontalmente e liga a Pinhais;
- 3) Ruas Herbert Trapp e Betonex, que são seus principais acessos pela Rodovia, sendo que a última também o liga a São José dos Pinhais;
- 4) Ruas São José, Andorinhas e Juri Danilenko, vias horizontais de conexão interna do Guarituba que ligam as vias verticais anteriormente citadas.



o jardim das orquídeas

Formado pelos loteamentos Jardim das Orquídeas, Jardim Tarumã e Guarituba Pequeno, este assentamento precário é um dos mais antigos do Guarituba, mas também um dos mais negligenciados pelo Poder Público. Tem área de 0,96 km² e 7.929 habitantes (PIRAQUARA, 2012). Dos 2.597 domicílios, apenas 93,2% são atendidos pela rede de abastecimento de água, 37,8% pela rede de esgotamento sanitário, 81,2% pela rede de energia elétrica e 97,3% pela coleta de lixo. Váletas de esgoto a céu aberto são encontradas ao longo de diversas vias do assentamento.

Apesar de haver registros de ocupação da área antes de 1977, seu início pode ser marcado a partir do final da década de 1970, se intensificando na década de 1990. As áreas mais afastadas da Herbert Trapp tiveram aumento expressivo em sua ocupação nos últimos anos, como indica o esquema ao lado.

O rendimento domiciliar mensal médio é de 2 a 3 salários mínimos e a maior parte da população ocupada trabalha na informalidade, sendo cuidar de crianças e vender roupas em brechós no próprio assentamento atividades comuns entre as mulheres, além das que trabalham como diarista, auxiliar de serviços ou empregada doméstica fora do assentamento. Também foi encontrado acúmulo de materiais recicláveis em alguns lotes, indicando que a coleta desses é uma atividade presente na área.

Para analisar o Jardim das Orquídeas, foram utilizadas fontes secundárias de dados, visitas *in loco* e entrevistas com moradoras da região, utilizando-se as epistemologias feministas como metodologia. Não foram aplicadas questões fechadas nas entrevistas, mas sim conversas livres apoiadas por mapas mentais e interação com mapas físicos, evitando-se a indução de respostas.

A partir dessa análise, foi construído o seguinte mapa síntese.

